



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas, consequências e responsáveis pelos desaparecimentos de crianças e adolescentes no Brasil no período de 2005 a 2007. - CPI-DESA

REQUERIMENTO Nº , DE 2010

(Da Sra. Andreia Zito)

Requer que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Procurador-geral do Ministério Público do Estado do Pará, Dr. Geraldo de Mendonça Rocha, para participar da Audiência Pública a ser realizada por esta Comissão na Cidade de Belém - Pará, objeto do requerimento nº 39/2009, de autoria do deputado Wanderley Macris, aprovado por esta Comissão e agendada para ser realizada no próximo dia 16/3/2010, visando apresentar as ações realizadas pelo Ministério Público no combate ao tráfico de crianças.

Senhora Presidenta,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência seja convidado Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral do Ministério Público do Estado do Pará, Dr. Geraldo de Mendonça Rocha, para participar da Audiência Pública a ser realizada por esta Comissão na Cidade de Belém - Pará, objeto do requerimento nº 39/2009, de autoria do deputado Wanderley Macris, aprovado por esta Comissão e agendada para ser realizada no próximo dia 16/3/2010, visando apresentar as ações realizadas pelo Ministério Público no combate ao tráfico de crianças.

JUSTIFICAÇÃO

Na última quinta-feira, dia 4 de março, foi exibido, no SBT, o programa “Tráfico de Crianças”, no qual foi exposta uma investigação sobre o tráfico de crianças no Brasil.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O objetivo do presente convite é ouvir daquele que se encontra a frente da Procuradoria-Geral a realidade sobre os casos de tráfico de crianças no Brasil, em especial no Estado do Pará.

Ainda, de acordo com a reportagem, o município de Tailândia, no interior do Pará, é uma das regiões onde os agenciadores atuam livremente, sendo inclusive apontado o hospital daquele município e uma determinada enfermeira, como um dos locais em que funcionaria um verdadeiro mercado de recém nascidos.

Por ser o Ministério Público o órgão criado para defender os seus direitos e os da sociedade, garantindo a ordem jurídica e o regime democrático, considero que para a efetiva apuração dos fatos que estão acontecendo no município de Tailândia, envolvendo além de cidadãos, profissionais da área de saúde e órgãos públicos, claramente apresentados pelo programa “Conexão Repórter”, urge que esta CPI busque o apoio do órgão que tem como função constitucional requisitar diligências investigatórias e instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais. a parceria do principal órgão.

Diante do exposto, conclamo os nobres pares para sua aprovação.

Sala da Comissão, 8 de março de 2010.

Deputada ANDREIA ZITO
Relatora